UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JADE SANTOS JUNGER

REPRESSÃO COMO POLÍTICA HEMISFÉRICA: O PAPEL DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA DO BRASIL E O SEU PAPEL NA OPERAÇÃO CONDOR

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2018

JADE SANTOS JUNGER

REPRESSÃO COMO POLÍTICA HEMISFÉRICA: O PAPEL DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA DO BRASIL E O SEU PAPEL NA OPERAÇÃO CONDOR

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de bacharela em Relações Internacionais na Universidade Candido Mendes – Campos.

Orientadora: Bel. Nayara Andrade Maia

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2018

JADE SANTOS JUNGER

REPRESSÃO COMO POLÍTICA HEMISFÉRICA: O PAPEL DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA
DITADURA DO BRASIL E O SEU PAPEL NA OPERAÇÃO CONDOR

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de bacharela em Relações Internacionais na Universidade Candido Mendes – Campos.

Aprovada em: ___ de ___________ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

____
Nayara Andrade Maia - Orientadora
Bacharel em Relações Internacionais - UCAM
Universidade Candido Mendes

____
Valdir Júnio dos Santos
Doutor em Ciência Política – UFF
Universidade Candido Mendes

____
Raphael Peres Peixoto
Mestre em Sociologia Política – UENF
Universidade Candido Mendes

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2018

À minha família e principalmente à minha mãe, por sempre acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e trajetória, o meu muito obrigada.

O passado pode machucar. Mas como eu vejo é: você pode fugir dele ou aprender com ele.

Rafiki

RESUMO

Este trabalho aborda a forte influência dos Estados Unidos nos países da América do Sul através da internacionalização da Doutrina de Segurança Nacional, nos anos de 1970, quando o subcontinente se encontrava em regimes ditatoriais. É feito, também, uma análise sobre a Operação Condor, que foi uma cooperação entre os países do Cone Sul para frear o avanço do comunismo, tratado por esses países com o termo de “inimigo interno”.

Entende-se que a Operação Condor representa a maximização e a internacionalização da Doutrina de Segurança Nacional. A partir dessa premissa, analisa-se o conceito da DSN, o papel dos EUA na sua disseminação, o processo de internalização da doutrina pelos países sulamericanos e sua maior expressão na Operação Condor.

Palavras-chaves: Doutrina de Segurança Nacional; Ditaduras; Operação Condor;

ABSTRACT

This thesis approaches the hard influency of the United States of America over South America trough the internationalization of its National Security Doctrine in the 1970's decade, when several countries of the region were under dictatorship. There is, as well, an analyssis of the Operation Condor, which was a cooperation between the countries of the America Southern Cone with the goal to stop the comunism, which is called by the term internal enemy.

It is understood that the Operation Condor represents the potentialization and internationalization of the Nactional Security Doctrine. From this point, the concept of this doctrine, the role of the USA in its dissemination, the process of internalization of the doctrine by the South American countries and its greater expression in Operation Condor are analyzed.

Key-words: National Security Doctrine; Dictatorships; Operation Condor.

RÉSUMÉ

Cette thèse s’apparente à la forte influence des États-Unis d’Amérique sur l’Amérique du Sud, à travers l’internationalisation de sa doctrine de sécurité nationale dans les années 1970, alors que plusieurs pays de la région étaient sous dictature. Il y a aussi une analyse de l’Opération Condor, que c’est une coopération entre les pays du Cône Sud américain, dans le but d’arretez l’avance du communisme, qu’on appelle pour le terme «ennemi interne».

Il est entendu que l’Opération Condor représente la potentialisation et l’internationalisation de la doctrine de la sécurité nationale. À partir de là, le concept de cette doctrine, le rôle des États-Unis dans sa diffusion, le processus d'internalisation de la doctrine par les pays d'Amérique du Sud et sa plus grande expression dans l'opération Condor sont analysés.

Mots-clés: doctrine de sécurité nationale; Dictatures; Opération Condor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia busca abordar a intervenção norte-americana através da Doutrina de Segurança Nacional e os seus reflexos na América Latina durante a década de 1970. Esta influência fora importante para a implementação da ditadura militar brasileira, assim como para o fomento da violência e repressão presentes nos demais governos dos países do Cone Sul que surgiram posteriormente. Tais medidas intervencionistas, por sua vez, ameaçaram diretamente a soberania, a democracia e os direitos humanos dos países latino-americanos. Além disso, tal medida influenciou a criação da Operação Condor, cooperação repressiva multilateral entre os países do Cone Sul.

Tal tema é de suma importância e, para compreendê-lo, é preciso estudar os seus antecedentes, a fragilidade política, a conjuntura e as influências, tanto internas quanto externas. Além desses aspectos, deve-se ter conhecimento das justificativas usadas para a implementação da ditadura, seus impactos sociais e políticos durante este período e como se estabeleciam as relações com os Estados Unidos.

Para uma melhor compreensão, é importante ter conhecimento dos motivos que levaram os militares, juntos com apoio, financiamento e respaldo dos EUA a impulsionarem o golpe militar de 1964 no Brasil. Sendo assim, é preciso ter em mente os programas e medidas que já vinham sendo implantados desde a década de 1940 aproximando a potência do subcontinente e, de certa forma, tornando os países latino-americanos, consequentemente, cada vez mais dependentes da hegemonia norte-americana.

As principais medidas utilizadas neste trabalho para exemplificar o poder da hegemonia sobre os demais países, serão: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1948), que fora uma ajuda militar proporcionada aos países latino americanos e Aliança Para o Progresso (1961), que configura-se em um programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que visava frear o avanço comunista. É notório que essas medidas visavam enaltecer o poder americano sobre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento do sul.

O foco deste trabalho é abordar a Doutrina de Segurança Nacional, estabelecida pela potência hegemônica estadunidense como uma forma de exteriorizar a sua política de segurança interna, freando o avanço comunista. Essa

medida desrespeitava a soberania do Brasil e de outros países latinos e utilizava os conceitos de inimigo interno e subversão comunista para justificar as suas ações. Sendo assim, para obter efetivo apoio dos demais países, era utilizado o discurso de que todos eles eram necessários e responsáveis para a proteção do continente e de sua soberania, dando uma importância maior para o seu papel no contexto internacional.

Dessa forma, a Operação Condor estará presente como um objeto de análise para este estudo. Esta operação multilateral ficou conhecida por possuir um caráter violento, e fora responsável por gerar impactos internos e externos, principalmente no que diz respeito aos países pertencentes ao Cone Sul, já que foram estes que cooperavam para a realização das ações da Operação. A Condor é abordada por diversos autores importantes para o tema como "internacionalização do terror", já que ela, respaldada pela Doutrina de Segurança Nacional, ultrapassava fronteiras geográficas e desrespeitava tanto os direitos humanos, quanto a soberania do Brasil e dos países vizinhos.

Para melhor compreensão, será estudado como foram estabelecidas as relações entre a potência capitalista com os países do Cone Sul, principalmente com o Estado Brasileiro. Estarão presentes nesta pesquisa os reflexos internos e externos após a implementação da Operação Condor, que é conhecida por suas práticas de cunho autoritário e violento que geraram repercusões sociais e políticas, nos âmbitos interno e externo, como por exemplo a violação dos direitos humanos.

Dessa forma, as principais questões levantadas por este trabalho são: como se deu o surgimento dos princípios norteadores que viriam a compor a Doutrina de Segurança Nacional? De que forma e por quais meios a DSN foi incorporada e posta em prática na América do Sul, em especial no Brasil? E, por fim, qual é a relação desse processo de criação e assimilação da DSN com o estabelecimento da Operação Condor? A ideia a ser trabalhada é que a DSN se consolidou em duas frentes, como segurança interna e como segurança hemisférica, e que a Operação Condor representa sua expressão "cooperativa" ou internacionalizada.

Este estudo merece destaque principalmente para todos que desejam aprofundar o conhecimento sobre como uma situação externa e hostil, como fora o medo dos Estados Unidos diante do avanço do comunismo no período da Guerra Fria, mais especificamente na década de 1970, pode interferir na soberania e democracia de outros Estados.

Quanto à relevância acadêmica, o trabalho atribui importância aos estudos sobre a submissão da política sulamericana em vista da influência norte-americana, buscando contribuir para futuras pesquisas acadêmicas com foco semelhante ao presente trabalho.

Já no que diz respeito à relevância individual, pode-se dizer que este desafio é para esta pesquisadora um meio de sanar uma mistura de curiosidade e dúvidas que ao longo do curso foram sendo cultivadas sobre este assunto, que ainda é capaz de gerar grandes repercussões de diversas naturezas.

O objetivo deste trabalho propõe analisar como a Doutrina de Segurança Nacional foi internalizada e assimilada pelos países do da América do Sul e, em última instância, internacionalizada pelo que foi chamado de Operação Condor, envolvendo as ditaduras militares do Cone Sul. Sendo assim, esta monografia visa explicar como tal política foi significativa para uma conjuntura na qual era presente a guerra contra o comunismo.

Além disso, esta monografia apresenta o contexto em que se encontrava o mundo e os motivos para os Estados Unidos utilizarem sua política de defesa nacional para todo o continente. Logo, o trabalho busca compreender de que forma se deu a relação entre o Brasil e os Estados Unidos na década de 1970, mostrando os impactos gerados desta relação, junto com a Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor.

Para um melhor entendimento, será necessária a compreensão de ideias centrais que permeiam o tema. É importante ressaltar as premissas da teoria realista das Relações Internacionais, elaborada por Edward Carr e Hans Morgenthau e, além disso é relevante discorrer acerca dos conceitos de segurança nacional, inimigo interno e soberania.

A teoria realista parte do princípio que o sistema internacional é anárquico, ou seja, todos os Estados são igualmente soberanos sendo estes não os únicos mas os principais atores internacionais que estão sempre em busca de mais poder para garantir a sua sobrevivência e soberania no sistema internacional, o que torna as relações entre eles mais conflituosas. Nessa abordagem são os Estados que de fato determinam a política internacional e a organização do poder do sistema. Para essa teoria, não há nenhum outro ator ou órgão mais importante para as relações internacionais do que os próprios Estados. Sendo assim, a meta desses atores está

nos interesses nacionais, que, de modo geral, visam maximizar seus ganhos e minimizar as perdas.

Os interesses dos Estados são divididos em *high politics*, que diz respeito à segurança nacional, sendo o assunto mais importante na ordem de prioridade; e *low politics*, que diz respeito a economia e outros assuntos sociais. Como é apresentado por Ayerbe,

> Para esta abordagem, nas relações entre Estados prevalece o interesse nacional. A percepção de ameaça à segurança da nação pode levar o 'estadista a adotar ou tolerar políticas que podem ser legal e moralmente repugnantes no comportamento entre indivíduos ou trupos de um Estado civilizado' (2002, p. 258).

Sendo assim, o presente trabalho busca ter nessa teoria embasamento para explicar e compreender as justificativas que levaram os Estados Unidos a interferirem na democracia e soberania dos países sulamericanos durante a década de 1970.

Também é de tamanha importância a utilização da Doutrina de Segurança Nacional como referencial teórico. Pois esse é um termo importante para a compreensão deste trabalho, já que foi uma política formulada pelos EUA durante o período de Guerra Fria, sendo um de seus principais objetivos frear o avanço do comunismo e reafirmar a soberania estadunidense no continente americano.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, as fontes centrais a serem usadas são: monográficas, através da utilização de livros, teses e dissertações da área; e periódicas, nas quais serão trabalhados com artigos de revistas acadêmicas. Sendo adotados os métodos de gabinete, comparativo e histórico.

Este trabalho se encontra dividido em três seções. A primeira trata de uma análise sobre a relação dos Estados Unidos e o Brasil. O segundo tem o seu foco na Doutrina de Segurança Nacional. E por fim, o terceiro aborda a Operação Condor como um reflexo da Doutrina de Segurança Nacional.

2 ANÁLISE HISTÓRICA DA RELAÇÃO BRASIL - ESTADOS UNIDOS

Para dispor de uma melhor compreensão sobre a proporção que se tornou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), é preciso fazer um breve apanhado histórico entre a relação dos Estados Unidos e o Brasil. Serão apresentados os interesses norte-americanos com o território brasileiro, a sua importância para o estabelecimento da segurança e os motivos que fizeram o governo estadunidense ser mais influente e intervencionista na política brasileira, chegando a ponto de reconhecer ditaduras militares e operações secretas clandestinas ocorridas na América do Sul, como foi a Operação Condor.

2.1 RELEVÂNCIA BRASILEIRA PARA A SEGURANÇA AMERICANA

Primeiramente, é necessário obter conhecimento sobre o cenário em que as relações internacionais se encontravam naquele período. O fim da Segunda Guerra Mundial (1945) marcou o início da Guerra Fria[1], no qual o mundo achava-se em um cenário bipolar, sendo dividido em dois extremos: o polo comunista, liderado pela União Soviética e o polo capitalista, representado pelos Estados Unidos.

Nesse contexto de disputa de poder no cenário internacional, "a ideia da ameaça de uma agressão comunista começou a tomar corpo aceleradamente" (MENDES, 2013, p. 26). Em outras palavras, a crença de qualquer movimento com ideais comunistas, por menor que seja, era uma ameaça para a segurança e soberania norte-americana no continente.

Os acordos assinados através da Conferência de Yalta[2] em 1945 marcaram o fim da Segunda Guerra Mundial, dividindo o mundo nos blocos leste-oeste. Através desse tratado ficou estabelecido que os países da América Latina ficariam subordinados ao poder norte-americano, correspondente ao capitalismo. Portanto, neste primeiro momento, o subcontinente não era uma preocupação para a potência. Como expressa Milani,

---

[1] De acordo com Comblin (1978) a Guerra Fria é uma guerra permanente: se desdobra nos planos militar, político, econômico e psicológico, porém evita o confronto armado. A Segurança Nacional é uma ideologia utilizada como resposta a esse tipo de guerra.

[2] Em relação à América Latina, o que está implícito no Acordo de Yalta é que todo o subcontinente deveria ficar sob controle norte-americano, sem uma atuação autônoma no cenário internacional. (VIZENTINI, 1997, p. 9).

> a América Latina permaneceu sob o controle majoritário dos Estados Unidos, sem liberdade de ação no cenário internacional. O governo norte-americano não só abandonou completamente sua postura isolacionista, mas também negligenciou as promessas feitas a seus pares na América Latina, considerada secundária em termos geopolíticos e econômicos (2011, p. 71).

Nesta conjuntura, ambas potências estavam em busca de mais zonas de influência para aumentar a sua relevância no contexto internacional, progredindo e agregando maior poder. Sendo assim, Gariazzo (2016) afirma que é diante deste cenário político que as duas superpotências visavam o maior controle e domínio territorial, participando de maneira indireta de guerras, disputas regionais e até mesmo de implementação de regimes ditatoriais.

De acordo com Padrós (2007), foi diante desse contexto de disputa de poder, que os EUA incorporaram na sua política externa a questão de que sua segurança estava ameaçada em qualquer lugar onde o comunismo mostrava-se possível. Sobre a Guerra Fria,

> esse tipo de guerra não ocorre apenas no âmbito militar, mas também nos campos cultural, econômico e social, em qualquer lugar que houvesse ideias, movimentos, ações etc. contra os interesses norte-americanos, essas eram apresentadas como sendo fruto da atuação soviética e, em consequência, legitimavam a interferência dos EUA em defesa do "mundo livre". (AGUILAR, 2011, p. 68)

Sendo assim, como principal rival do capitalismo, o comunismo era uma grande ameaça para o poder e soberania estadunidense, mas só se tornou uma preocupação na América Latina depois da Revolução Cubana (1959), quando Fidel Castro tomou poder do país, este que é localizado nas proximidades territoriais dos Estados Unidos. Logo, é a partir deste momento que os EUA começam a voltar a sua atenção para os países latinos, tentando sufocar a influência externa e passando a suspeitar de qualquer possível atuação comunista no continente.

Sabe-se que essa influência comunista no continente era vista como uma ameaça pelo governo americano e, como afirmado por Padrós (2005), é nesse período que os EUA identificam todo o continente como área de interesse nacional. Foi com o medo da suposta "cubanização" da América Latina que os EUA co-patrocinaram o Golpe de 1964.

Em 1960, o futuro presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, diz que Fidel Castro era apenas o início das dificuldades enfrentadas pela América Latina e

a grande batalha seria enfrentar a influência que o cubano poderia passar aos países vizinhos. Era necessário que os EUA se aproximassem do subcontinente, estreitando os laços, aumentando a sua influência e impedindo a possível atuação comunista, que era vista com grande aflição pelo ponto de vista da potência capitalista. O bloco representado pela URSS e seus ideais se tornaram uma ameça a soberania e a liberdade do continente americano.

Nesta conjuntura, as preocupações norte-americanas eram focadas no anticomunismo, na segurança interna e externa, nas questões econômicas da região e na estabilidade social e política (PADRÓS, 2007). Todas essas questões, percebe-se, atendiam aos interesses dos EUA de se reafirmar como potência, garantindo a sua influência no subcontinente.

Como apresentado por Fico (2008), Kennedy possuía uma visão infeliz sobre a América Latina, considerando-a “a áera mais perigosa do mundo”, já que qualquer atuação de cunho comunista nas suas proximidades era vista como ameaça à sua soberania. Consequentemente, os projetos formulados e apresentados para a área funcionavam como instrumento de controle da região diante de tal cenário bipolar.

Sendo assim, durante alguns anos, o desenvolvimento econômico da América Latina se tornou uma preocupação em Washington, já que acreditavam que os problemas do Terceiro Mundo seriam resolvidos ao sanarem as necessidades econômicas, e consequentemente, acabando com a possível subversão. Ao afastarem esses países do inimigo externo obteriam mais aliados para a defesa hemisférica, sendo esta uma das pautas importantes da segurança nacional (SCHOULTZ, 2000).

Segundo Mendes (2013), os norte-americanos acreditavam que a estratégia soviética iria tirar vantagem dos conflitos e dos problemas do Terceiro Mundo, que os americanos acreditavam ser majoritariamente financeiros, para fomentar a subversão, com o objetivo de conquista de poder e garantir mais zonas de influência.

Desta maneira, Pecequilo (2005) afirma que ao longo da primeira metade do século XX, os Estados Unidos mudaram o tom da sua política externa em relação aos países latino-americanos, passando a ser de natureza explicitamente intervencionista.

Nesse contexto, o Brasil foi capaz de gerar certo receio e chamar atenção dos Estados Unidos, já que o país possui um extenso tamanho territorial, possuindo fronteiras com diversos países sul americanos, sendo assim, o maior país da América do Sul, tanto geográfica quanto politicamente. Percebe-se que se o Estado sucumbisse aos ideais propostos pelo comunismo, outros países vizinhos poderiam se sentir influenciados a fazer o mesmo, o que prejudicaria e ameaçaria de forma alarmante o poder, segurança e a soberania norte-americana. Tendo isso em mente, os EUA interprataram como necessidade investir no alinhamento brasileiro, que por seu vasto tamanho territorial, seria de extrema importância para a defesa continental. Como apontado por Rusk,

> O Brasil detém a posição chave em nossa política continental e nós queremos fazer tudo que pudermos para influenciar Costa e Silva, tanto antes que ele determine suas políticas como também depois que ele se torne o presidente. Além disso, ele é orgulhoso, sensível e, devido à sua recente eleição, indiretamente, pelo Congresso brasileiro, em vez de por voto popular, preocupa-se com o tipo de recepção que receberá aqui. Se ele se sentir desprezado por alguma razão, isso poderia nos custar o apoio de um de nossos aliados mais fortes (RUSK, 1966 apud FICO, 2008).

Com o golpe de 1964, houve mudança na relação Brasil-Estados Unidos, que nem sempre se deu de forma pacífica, alguns anos foram marcados por forte alinhamento com a hegemonia e outros momentos por uma certa distância. Porém, ambos países tinham finalidades semelhantes como, por exemplo, a participação de capital estrangeiro para o desenvolvimento brasileiro e, principalmente, a aliança na luta contra o comunismo, financiado com programa de treinamento militar e operações secretas, como foi a Operação Condor.

Para assegurar a sua estabilidade e influênca, a hegemonia norte-americana criou projetos que visavam garantir o seu poder no hemisfério, aproximando cada vez mais os países vizinhos da sua influência e os afastando do possível vínculo com os ideais comunistas. Essas medidas tornaram os países do Terceiro Mundo, de certa forma, cada vez mais dependentes da supremacia norte-americana.

2.2 PLANOS NORTE-AMERICANOS PARA O BRASIL

Os projetos apresentados pela potência americana para assegurar e garantir a sua estabilidade, importância e soberania tinham cunho militar, logístico, econômico e social. Tais planos eram oferecidos como ajuda ao países vizinhos, mas seu principal objetivo era conter a ameaça externa, garantindo mais zonas de influência.

Sendo assim, logo em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, foi estabelecido o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), elaborado pelo presidente americano Roosevelt. O acordo tinha o intuito de assegurar a paz no continente, alcançar uma melhor cooperação entre os países signatários e impedir o eventual avanço soviético na região, na qual a influência americana, acreditava ter uma importância significativa.

Segundo Barbian (2008), nesse tratado a América Latina submeteu sua defesa ao poder e influência norte-americanos. De modo geral, o tratado visava a proteção de ameaças externas e a garantia da tão estimada segurança coletiva, baseados no princípio da solidariedade continental e fomentando a "política de boa vizinhança"[3] dos Estados Unidos. Sobre o exposto,

> a "boa vizinhança" pressupunha processos de consulta e ação comum entre as Repúblicas americanas, dever-se-ia fazer também um esforço de defesa comum do continente; daí o conceito de defesa hemisférica. Esse conceito esbarrava porém nas definições estratégicas dos militares norte-americanos que, desde a década de 1930, pensavam a defesa do continente como parte da defesa nacional dos Estados Unidos e formularam planos segundo os quais as forças norte-americanas seriam diretamente responsáveis pela defesa do território continental (FGV).

Como relatado por Ayerbe (2002, p. 82) "o Tratado [...] prevê mecanismos de ação multilateral contra agressões ao território de qualquer país americano". Em outras palavras, acreditava-se que a segurança norte-americana estava subordinada à segurança dos demais países. Logo, se qualquer um dos países vizinhos sucumbisse ao poder do inimigo, afetaria não somente à soberania capitalista, mas as dos demais Estados americanos. Todos eles estavam igualmente responsáveis pela defesa do continente.

---

[3] Implementada durante a administração de Roosevelt (1933 a 1945), a política de boa vizinhança foi uma estratégia de relacionamento entre a América Latina e os Estados Unidos. Tinha como principal objetivo impedir influência européia no continente, mantendo estabilidade política e fomentando a liderança estadunidense no hemisfério.

Além da colaboração idealizada pelo programa, o TIAR também foi de tamanha importância para a formação de planos de cunho militar financiado e apoiado pelos EUA, como é apontado por Ayerbe,

> “Um desdobramento importante da assinatura do Tiar será o desenvolvimento de um programa de cooperação militar interamericano, em que os Estados Unidos se comprometem a assistir técnica, econômica e militarmente os países signatários (2008, p.82)

O Tratado é ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA), que era responsável por decidir se determinados acontecimentos se encaixam nos temas propostos pelo acordo. Segundo Aguilar (2011, p. 66), foi a partir do TIAR e da OEA que “o sistema de segurança continental foi organizado com base em um inimigo externo comum”, sendo esse o avanço do comunismo.

Como exposto pelo artigo 29 da Carta da OEA[4], que versa sobre segurança coletiva, o TIAR é uma medida a resposta para algum ataque armado ou qualquer outro tipo de agressão,

> Se a inviolabilidade, ou a integridade do território, ou a soberania, ou a independência política de qualquer Estado americano forem atingidas por um ataque armado, ou por uma agressão que não seja ataque armado, ou por um conflito extracontinental, ou por um conflito entre dois ou mais Estados americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados americanos, em obediência aos princípios de solidariedade continental, ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos estabelecidos nos tratados especiais existentes sobre a matéria.

De acordo com Padrós (2007), o TIAR foi uma maneira dos EUA de garantir a manutenção da rede militar que subordinava as Forças Armadas dos demais países americanos, conformando uma espécie de força de reserva, com o intuito de desempenhar funções regionais, que, de certa forma, asseguraria a influência soberana dos Estados Unidos sobre o resto do continente.

Diante deste ambiente ameaçador contextualizado pela Guerra Fria, a vitória de um dos lados resultaria na derrota do outro, ou seja, era uma disputa de soma zero. Assim sendo, a política adotada pelos EUA teria como base fundamental

---

[4] A Organização dos Estados Americanos, fundada no ano de 1948 em Bogotá, Colômbia, deu-se com a assinatura da Carta da OEA, mas a sua entrada em vigor aconteceu somente em 1951. Esse organismo foi criado para alcançar nos seus membros, como exposto no artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”.

de aplicabilidade o medo. Essa apreensão foi capaz de financiar, influenciar e apoiar governos militares nos países latino-americanos, com o discurso de salvar o continente do inimigo externo, o temido comunismo, e manter a sua soberania, que acreditavam estar ameaçada.

É na presença deste ambiente hostil e bilateral que os EUA se sentem diante da responsabilidade de proteger todo o território americano, tendo a iniciativa de planejar estratégias para estreitar suas relações com os diversos países do continente, diminuindo a possível atuação soviética e aumentando a sua influência e propagando a política de segurança nacional. Essas atuações, como sabe-se, são de diversos âmbitos, militar, social e econômico. Como exposto por Milani (2011, p. 76), "o papel desse país sempre foi considerado fundamental para a segurança coletiva regional e, muitas vezes, para o equilíbrio entre as potências médias na América Latina".

A gestão de João Goulart, conhecido como "Jango" (1961-1964), era vista pelos Estados Unidos com bastante aflição, pois além de sua política externa independente (PEI) e pragmáica, a imagem que era passada através de embaixadores americanos não era bem aceita, suas propostas de reformas de base, por exemplo, não eram bem vistas, eram tratadas com desconfiança pelos militares e pelos EUA. Esses fatores contribuíram para suspeitas e falsas suposições de que o presidente brasileiro poderia, em qualquer momento, dar um golpe de natureza e influência comunista, o que comprometeria a soberania dos Estados Unidos e dos outros países latinos. Sobre tal contexto,

> Nos anos 1960, a PEI foi um ponto fundamental na história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. As divergências ocorridas durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) eram consideradas pelo governo americano como uma ameaça adicional em um contexto regional já bastante turbulento, devido à Revolução Cubana de 1959 e à adesão pública de Fidel Castro ao marxismo-leninismo (MILANI, 2011, p.72).

Foi nesta conjuntura, que os Estados Unidos promovem a Aliança para o Progresso (APP), estabelecida em 1961 e lançada pelo presidente americano John Kennedy (1961-1963). Tal projeto, bastante semelhante à Operação Pan-Americana[5], tinha como propósito fornecer ajuda econômica e social para os países

[5] A OPA foi um programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, formulado e posto em prática durante presidência de Juscelino Kubitschek no ano de 1958. A

latinos, que visavam a melhoria na condição de vida desses Estados ao combater a pobreza. Segundo Padrós (2005), a APP era pautada pela proposta de desenvolvimento e segurança e ficou vigente nas administrações de Kennedy, Johnson e Nixon.

De acordo com Padrós (2007), as Forças Armadas locais eram orientadas por estrategistas estadunidenses para a realização de atividades que garantisse uma maior simpatia à população, os aproximando dos interesses e os envolvendo na luta contra a subversão. O autor ainda afirma que, com os militares melhorando sua imagem e se aproximando da população, ganhariam sua confiança e apoio considerável.

O plano proporcionado pelos EUA fez com que ele se tornasse o principal credor e sendo assim, trouxe consequências financeiras para o Brasil, que obteve bilhões de dólares de empréstimo. Desta maneira, o país teria que pagar as suas dívidas com juros, esta estratégia tornou o Brasil cada vez mais dependente do constante apoio proporcionado pela potência americana. Como exposto por Fico (2008), o Brasil se 'beneficiou' da Aliança Para o Progresso ao receber US$2 bilhões entre 1961 e 1971.

Apesar do aparente benefício financeiro e social destinado ao Brasil, tal mascarada generosidade proveniente dos Estados Unidos precisava de uma contrapartida, seu objetivo principal não era promover um maior desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo, mas sim estreitar as suas relações, aumentando a dependência e os afastando das possíveis relações que poderiam adquirir com o bloco comunista, garantindo uma estabilidade política e segurança para o continente. Como é relatado Padrós (2005), essas boas intenções vindas da APP eram estratégias para aumentar o controle e o poder de influência norte-americano na região.

Durante a adminstração de João Goulart, o programa não obteve muito apoio como era planejado e fora interpretado como uma forma de intervenção dos EUA na realidade brasileira, o que de fato era. Porém, após o golpe de 1964, durante os governos dos militares Castelo Branco e Costa e Silva, o projeto alcançou maior aceitação, desenvolvendo uma melhor cooperação entre os dois Estados. Como apontado por Ribeiro,

---

operação visava combater a pobreza presente no continente, com a implantação de projetos de cooperação econômica (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS).

> A esquerda e os grupos nacionalistas nunca aceitaram ou apoiaram o programa. Durante o governo militar, por algum tempo, reuniram-se uma série de elementos favoráveis que impulsionaram um viés mais cooperativo, até então não alcançado (2006, p. 20).

Ainda no governo de Goulart e com as suspeitas crescendo cada vez mais em relação a um possível golpe de Estado vinculado aos ideais da esquerda e que poderia ser implantado pelo presidente, foi elaborado e lançado, no ano de 1963 um plano de contingência, que ficou conhecido mais tarde, pelo nome de Operação Brother Sam.

Esse projeto visava impedir, o que acreditavam ser, a possível tomada de poder proveniente da esquerda. Fico (2008, p. 86) explica os planos de contingência como "esforços abstratos de discussão de conjecturas que buscam antecipar o desdobramento de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de atuação alternativas, evitando que o governo [...] seja surpreendido".

Como a imagem de Goulart era associada a ideologias de esquerda, a sua retirada do poder seria uma vitória para os Estados Unidos e a oposição, configurando, desta maneira, um grande ato de defesa continental contra o inimigo externo. O governo norte-americano, acreditava-se, estava impedindo o que chamavam de uma "nova Cuba". Padros (2005) destaca que tanto o plano de contingência quanto a APP foram estratégias de segurança nacional.

Como é exibido por Fico (2008), através deste plano, o Brasil receberia dos Estados Unidos, fornecimento de armas, munições, apoio logístico e realização de exercícios navais na costa brasileira, caso houvesse necessidade de intimidação em relação a alguma ameaça derivada da esquerda. Acreditavam que os militares eram a única força capaz de conter a esquerda e estabilizar o regime. Tal financiamento e apoio militar vindos do governo americano, foram o gatilho necessário para a intervenção militar. O apoio estadunidense, mesmo que de forma indireta, tem o seu grau de responsabilidade na ditadura brasileira, já que os equipamentos vinham dos EUA. De acordo com Milani,

> Mesmo se os Estados Unidos não tenham se envolvido em uma intervenção militar direta, seu apoio [...] foi essencial para a derrubada do regime democrático brasileiro [...] A ordem da Guerra Fria e a hegemonia norte-americana na América Latina não eram favoráveis a experiências políticas de natureza contestatária, nem a estratégias de empoderamento ou

> autonomização, como foi demonstrado na sequência dos acontecimentos no plano nacional brasileiro (2011, p. 72-73).

Percebe-se, então, que tal acontecimento na política brasileira não foi estabelecido por um mero impulso, mas foi fruto de um planejamento da oposição com apoio dos EUA. Como demonstrado por Gomes e Ferreira (2007), o golpe foi um movimento conjunto das Forças Armadas, com apoio de empresários, civis e assistência do governo norte-americano.

É preciso ressaltar que o golpe militar de 1964 foi a prática efetiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Elaborada pelos EUA, essa política era responsável por nortear as ações da potência em relação ao resto do continente no contexto de Guerra Fria. Tal convicção também foi implantada nos demais países do Cone Sul. A DSN também possuiu um caráter mais sútil, como por exemplo, em relação as campanhas e propagandas criadas pelo USIS (United States Information Service).

Esse serviço de informação foi o grande encarregado pelo método de persuasão, principalmente por parte da população. Durante a administração de Goulart, o projeto foi responsável por campanhas de desestabilização do governo, o que acabou contribuindo para o enfraquecimento do presidente. Além disso, fomentou a ideia de que os países do Terceiro Mundo precisavam de ajuda vinda do EUA. Sendo assim, este serviço disseminou propagandas a favor do modo de vida norte-americano, promovendo a imagem e o ideal capitalista como sinônimo de liberdade e segurança. De acordo com Comblin, Este recurso foi utilizado para

> Convencer os satélites de sua total incapacidade de se defenderem sozinhos contra o comunismo, e da necessidade de se integrarem nos planos de segurança coletiva dos Estados Unidos, pois sua segurança e a segurança dos Estados Unidos são inseparáveis (1978, p. 119).

Com o estabelecimento do golpe militar, em 1964, a Política Externa Independente, caracterizada pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi interrompida. De acordo com Padrós (2007), esse aspecto militar foi um elemento que contribuiu para a contenção do expansionismo do comunismo e na defesa e garantia do controle sobre a zona de domínio econômico dos EUA.

Após a tomada de poder pelos militares, a personalidade responsável pela Aliança Para o Progresso era o ex-embaixador no México, Thomas Mann, ele “julgava que a Aliança para o Progresso era útil, mas devia funcionar apenas como

indutora do desenvolvimento, e não como sua principal fonte de financiamento" (FICO, 2008, p.65).

Mann ficou conhecido pela intitulada "Doutrina Mann", na qual é explicada por Fico (2008) como uma postura de não questionamento que os Estados Unidos deveriam portar em relação à natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, não importando se os mesmos eram ditatoriais ou democráticos. Em outras palavras, era recomendado que os EUA se comportassem de forma neutra diante desses governos, desde que eles continuassem com a luta contra o comunismo, contribuindo para a segurança hemisférica.

Como nada era feito para impedir golpes governamentais de cunho autoritário, não é errado afirmar que foi através da Doutrina Mann que o governo estadunidense reconheceu e legitimou as ditaduras, pois no fim das contas, os militares eram peças importantes no jogo de poder contra o comunismo.

Contudo, o fracasso da Aliança para o Progresso se deu no fim da década de 1960, com a mudança na administração do governo americano, marcada pela entrada de Nixon (1969-1974) no poder. Segundo Ribeiro (2006), o novo presidente mudou o foco da política externa, redirecionando-a para a Guerra do Vietnã, que sugou os recursos financeiros dos Estados Unidos.

Apesar da aparente falta de interesse pelo Brasil, em decorrência do fracasso da Aliança Para o Pogresso, Nixon dava importância aos militares, acreditando que seriam aptos a conter qualquer movimento de esquerda capazes de prejudicar a segurança. Ou seja, o Brasil ditatorial era um importante aliado na luta contra o comunismo. De acordo com Fico,

> Para Richard Nixon [...] os militares eram uma ferramenta capaz de assegurar a estabilidade da região e estavam sujeitos à influência dos Estados Unidos [...] quando precisou conter a esquerda, Nixon apelou para métodos clandestinos e violentos (2008, p. 40).

Percebe-se contudo, que além de uma abordagem financeira, a APP também possuiu uma interpretação de segurança nacional, que segundo Ribeiro (2006, p. 18), ficou conhecida como "'doutrina da guerra fria'. Nesta concepção, a ajuda deveria ser usada não para obter resultados econômicos e subsequentes resultados políticos, mas como um instrumento de segurança nacional aplicado de forma bem definida".

2.3 OS PRIMÓRDIOS DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Doutrina de Segurança Nacional (D.S.N.) foi elaborada pelos Estados Unidos e utilizada, durante o contexto de Guerra Fria, como pretexto para a luta contra o comunismo internacional. Segundo Mendes (2013), a DSN surgiu depois da Segunda Guerra Mundial como um conjunto de princípios elaborados por norte-americanos para responder a um novo papel a ser efetuado pelos EUA para reafirmar a sua hegemonia no contexto da Guerra Fria.

Essa política, entretanto, foi usada para incentivar golpes militares, como o que aconteceu com os países do Cone Sul. Tal medida foi uma ação tomada para prevenir que algo aconteça, neste caso em específico, foi para evitar a aproximação dos países com o bloco comunista, como apresentado por Comblin (1978, p. 111) “a segurança dos Estados Unidos está em jogo em qualquer lugar onde o comunismo ameace impor-se a povos livres”.

Colocando isso na prática, por exemplo, foi o que ocorreu com as ditaduras, que foram apoiadas e aceitas, contraditoriamente, pelo país que defendia e pregava o ideal de liberdade. Esta atitude foi tomada pois os países do Terceiro Mundo possuíam uma atitude neutra em relação à Guerra Fria e no presente contexto bipolar, o não alinhamento era interpretado como uma possível futura aproximação entre os países e o comunismo. Nesse sentido,

> Qualquer governo desfavorável aos Estados Unidos ou ‘neutralista’ era portanto considerado como favorável à expansão comunista e consituía, em consequência, uma ameaça à segurança dos Estados Unidos [...] a segurança deveria ser tão total quanto possível: era funddada na impotência total do adversário (COMBLIN, 1978, p. 112).

Como apresentado por Comblin (1978, p. 106), “A expressão ‘segurança nacional’ é o encantamento que interrompe qualquer discussão, que dá a palavra final, que serve para calar qualquer objeção e questionamento”. Ou seja, o uso do termo era um argumento válido para o reconhecimento e ações em prol da proteção da soberania, mesmo que as medidas sejam contraditórias.

É possível fazer uma análise entre a semelhança da DSN e a Doutrina Truman, enquanto aquela visava garantir a soberania estadunidense dentro do

continente Americano, a Doutrina Truman[6] tinha o objetivo de defender a Europa contra a invasão russa. As duas medidas, no entanto, tinham o mesmo intuito de sufocar a expansão comunista em todas as partes do mundo e assegurar a soberania da hegemonia capitalista (COMBLIN, 1978). Através desses fundamentos, os Estados Unidos justificavam a sua intervenção em qualquer Estado, com a finalidade de defender seus aliados do perigo comunista.

Nessas circunstâncias, os EUA imaginavam ser o grande defensor do mundo livre e criaram expectativas para os países latinos, fazendo com que eles acreditassem ser importantes para a segurança do continente, mas na verdade estavam assegurando a supremacia dos Estados Unidos.

Com a tomada de poder pelos militares, foram criadas suposições de que o inimigo também se encontrava dentro da sociedade. Sendo assim, a DSN pregava o conceito de inimigo interno, que encontra-se dentro e fora do país, simultaneamente (COMBLIN, 1978). Esta mesma concepção é, da mesma forma, definida por Fernandes como,

> Premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais (2009, p.8).

Com essa ideia instaurada, as fronteiras a serem protegidas seriam tanto geográficas quanto ideológicas. Essa era uma das medidas de contenção do comunismo. Para os EUA, a ameaça era iminente e os militares compactuavam com igual ideal, temendo, assim, o mesmo inimigo. À vista disso, como fora estabelecido por Comblin,

> o conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem:* o comunismo (1978, p. 55).

Nas ditaduras do Cone Sul, a DSN fora exteriorizada, com o apoio dos Estados Unidos da América, através das escolas militares, no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG), que aplicou uma série de medidas severas. Percebe-se

---

[6] A Doutrina Truman foi elaborada pelo presidente Harry S. Truman, no contexto de Guerra Fria, tinha as suas ações destinada aos países da Europa.

que tal doutrina possuía um caráter violento, já que serviu de base para a instauração de regimes repressivos e autoritário, visando frear o avanço do comunismo.

Assim sendo, pode-se concluir que a política de segurança dos Estados Unidos foi exportada para todo o continente, de forma a conter o avanço comunista e assegurar a soberania americana. Consequentemente, a ditadura brasileira adaptou a doutrina para aplicá-la de modo interno, por meio de atitudes repressivas, contra os direitos humanos e contra todos que eram desfavoráveis ao regime.

3 ASSIMILAÇÃO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Como exposto anteriormente, a Doutrina de Segurança Nacional foi a política de defesa dos Estados Unidos que serviu de influência para os golpes militares do Cone Sul, sendo devidamente adaptada para cada contexto. De acordo com Padrós (2005), as ditaduras das décadas de 1960 e 1970, presentes no Cone Sul, tinham caráter inédito e global, já que se encontravam dentro do mesmo marco cronológico, ou seja, no mesmo contexto, o de Guerra Fria e todas, sem exceção, tinham características da Doutrina de Segurança Nacional. Neste capítulo será tratado como a DSN se manifestou.

3.1 CONCEITO

De maneira geral, a DSN pode ser definida como um conjunto teórico de defesa e liberdade dos ideais da civilização ocidental, com ideologia conservadora, liberal e positivista. A doutrina pregava a soberania do Estado como algo ilimitado (FERREIRA, 2016).

Ainda, de acordo com Comblin (1978), a Doutrina de Segurança Nacional tinha o objetivo de organizar o setor militar e conter gastos, assegurando a soberania dos Estados Unidos. Porém, essa ideologia se tornou base para que as agências de inteligência, forças armadas e a política externa, tanto dos EUA quanto dos países do Cone Sul, aumentassem a repressão contra a esquerda.

A Doutrina de Segurança Nacional possui quatro importantes características, as quais são apontadas e definidas por Comblin (1978) como: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. Segundo o autor, os objetivos seriam a meta de guerra e a meta da política, que diante de tal contexto, os dois propósitos são similares, já que estão em uma guerra travada contra o comunismo.

A segurança nacional é definida como a garantia proporcionada pelo Estado para conquista e defesa dos objetivos nacionais. O poder nacional é determinado como o instrumento da política em vista dos objetivos nacionais, ou seja, são ações do Estado para impor a sua vontade. Por fim, a estratégia nacional é a aplicação do poder nacional para manter os objetivos na política nacional; no

cenário apresentado, a estratégia adotada para perpetuar os objetivos foi estabelecer regimes ditatoriais.

Nota-se que todos esses traços sobre a Doutrina de Segurança Nacional estão intrinsecamente interligados e se complementam. Ou seja, os objetivos, a segurança, o poder e a estratégia estão intrinsecamente ligados no contexto da Guerra Fria, no qual esses aspectos estão subordinados à luta contra o avanço do comunismo. De acordo com Mendes (2013, p. 25), “o Estado era encarado como um ser dotado de objetivos próprios, diante dos quais a vontade e intenção humanas teriam que se submeter”.

De forma mais simplificada, os objetivos nacionais visam frear o avanço comunista. A segurança nacional é a garantia de que esses objetivos sejam conquistados. O poder nacional é o recurso utilizado para atingir os objetivos, através de uma estratégia nacional.

Ademais, além dessas características principais e diante do contexto em que se encontra, a DSN engloba três princípios básicos, que são identificados por Comblin (1978) como: geopolítica, bipolaridade e Guerra Total.

Em primeiro lugar, a geopolítica na DSN não seria, como diz Mendes (2013) somente responsável pelo estudo da relação da geografia e os Estados. Nesse aspecto, Comblin (1978) afirma que, a geopolítica também estaria atrelada a ideia de que a nação possui uma única vontade, o desejo de ocupação e domínio do espaço e de poder; “a Nação será portanto o poder para impor aos outros seus projetos”.

A bipolaridade divide o mundo em dois blocos, essa divisão é argumento para obter mais aliados para a defesa do ocidente contra o comunismo. Sendo assim, na ideologia de segurança nacional, tudo que é contra o que o governo estabelece, é uma ameaça. Como resultado, a bipolaridade levaria à guerra total. Segundo Comblin (1978, p. 30), “No Brasil, consequentemente, a geopolítica serve de firme suporte para a bipolaridade e a adesão da Nação à luta anticomunista no interior da segurança nacional”

Por fim, a chamada “Guerra Total”[7] consiste no ideal de que o mundo vive numa situação de guerra permanente, nesse caso específico, contra o comunismo internacional. De acordo com Mendes (2013, p. 28) em uma guerra total, todos os

[7] Segundo Comblin a chamada Guerra Total também engloba os conceitos de guerra generalizada (p. 33), guerra fria (p.39) e guerra revolucionária (p. 44).

recursos deveriam ser utilizados contra a subversão, esse estado de guerra também causa impactos na vida social. Como apresentado por Comblin, os “doutrinários da Segurança Nacional afirmam que toda a guerra contra o comunismo é, necessariamente, uma guerra pela sobrevivência” (1978, p. 38). O autor ainda afirma que,

> A ideologia de Segurança Nacional [...] tem por finalidade mostrar-lhes o estado de guerra que define sua condição humana, e de prepará-los para agir em consequência (COMBLIN, 1978, p. 32).

De acordo com Mendes (2013), a Doutrina de Segurança Nacional foi o conjunto de ideias que norteou as ditaduras latino-americanas, sendo também responsável pela elaboração da política externa da potência diante da ameaça soviética. O autor ainda exemplifica a DSN ao dizer que a doutrina “busca atender as necessidades de enquadramento buscadas pela potência hegemônica” (MENDES, 2013, p. 23).

Tendo essas informações como base, é possível fazer uma análise de duas faces de como a DSN se consolidou: no âmbito externo, que tem a intenção de aproximar todos os Estados do continente para defendê-lo contra o avanço do comunismo, formando uma defesa hemisférica; e no âmbito interno, quando essa ideologia serve de sustentação para implementar ditaduras, com objetivo de acabar com a subversão e o inimigo interno.

3.2 DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO ÂMBITO EXTERNO

Com todas essas informações, é possível notar que a Doutrina de Segurança Nacional possuía um caráter contraditório. Ou seja, para garantir a defesa do continente contra o comunismo e assegurar os ideais capitalistas e liberais, que pregavam em tese, a liberdade, eram aceitos regimes ditatoriais, desde que esses fossem anticomunistas.

Nota-se que de certa forma a DSN era usada como incentivo para golpes militares ditatoriais sul americanos, pois estes possuíam os mesmos objetivos da potência norte-americana, que era frear o avanço do comunismo. Diante desta perspectiva, Comblin afirma que os Estados Unidos usou métodos de persuasão para

> Convencer os satélites de sua total incapacidade de se defenderem sozinhos contra o comunismo, e da necessidade de se integrarem nos planos de segurança coletiva dos Estados Unidos, pois sua segurança e a segurança dos Estados Unidos são inseparáveis (1978, p. 119).

Segundo Padrós (2007), A DSN, a partir dos anos 1960 e início dos 1970, reforçou a ideia de que a democracia, como valor universal, deveria ser protegida pela Segurança Nacional, a qualquer custo, subordinando-se, inclusive, à segurança hemisférica. Ou seja, um dos pontos mais relevantes na evolução da DSN foi a orientação de agir contra a liberdade, a Constituição e os direitos dos cidadãos para proteger, em última instância, a noção de democracia, que era defendida pelos criadores e agentes da DSN. Percebe-se que era uma estratégia contraditória para garantir a soberania dos Estados Unidos no resto do continente americano.

De acordo com Aguilar (2011), no contexto da Guerra Fria, os regimes militares no Cone Sul tinham a concepção de defesa hemisférica pregada pelos EUA, desta forma, possuíam o mesmo objetivo, o de combater o “inimigo interno” a qualquer custo.

Através desse discurso de que o inimigo pode ser externo (proveniente da União Soviética) ou interno (a própria sociedade que se posicionava contra a ordem estabelecida), qualquer ameaça a soberania dos Estados Unidos, era caracterizada como uma ameaça à segurança dos demais países e vice-versa. Desta forma, é afirmado que,

> Todos os países seguiram a lógica de segurança dos Estados Unidos, adestrando suas forças armadas dentro da concepção de defesa hemisférica da potência, recebendo o armamento que os norte-americanos entendiam como sendo necessário e priorizando a segurança interna (AGUILAR, 2011, p. 70).

Dentro deste cenário bipolar, no qual as duas potências querem garantir a sua influência e soberania, Aguilar (2011) afirma que a tarefa principal da defesa do continente americano ficaria sob responsabilidade dos Estados Unidos, e os demais países deveriam integrar uma força hemisférica em caso de necessidade, cumprindo missões específicas como, por exemplo, a defesa do sul dos oceanos Atlântico e do Pacífico caso houvesse, de fato, uma interferência da URSS.

Nesse sentido, Mendes (2013) considera que o alastramento dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional por meio do qual os EUA inspiraram governos

ditatoriais nas décadas de 1960 e 1970, objetivou a subordinação dos inúmeros interesses nacionais aos interesses de nação imperial. Neste contexto, o autor ainda afirma que até mesmo a democracia, por possibilitar divergências de pensamentos, poderiam levar ao enfraquecimento e estimular o confronto político, que debilitaria os Estados.

De acordo com apontamentos levantados por Barbian (2008) uma parte considerável dos militares latino-americanos estudaram em institutos militares internacionais, como na Escola das Américas, nos EUA. Nestes locais, foram ensinadas técnicas e mecanismos de terror de Estado, que eram utilizados para frear qualquer questionamento sobre a ordem capitalista. Além disso, também aprenderam que o inimigo estava “escondido na multidão”, levando, novamente, a ideia de inimigo interno, sendo necessário acabar com qualquer apoio que eles poderiam receber, mesmo que para garantir isso, tivessem que agir contra a lei e os direitos humanos. Sobre esse aspecto,

> Várias bases militares, por todo o continente americano, em países com forte influência estadunidense, foram criadas como justificativa de defender a democracia contra o avanço do comunismo [...]Muitos instrumentos foram utilizados para a execução desses objetivos. Entre tais instrumentos, destacam-se as políticas repressivas emanadas da Doutrina de Segurança Nacional (GARIAZZO, 2016, p. 28).

É notório que as forças armadas latinas receberam juntas treinamentos especializados em contrainsurgência nas academias estadunidenses, o que possibilitou familiaridade e amizade entre os oficiais, que possuiam uma ideologia comum, os mesmos ideais propostos pelos Estados Unidos: a luta contra o comunismo. Tais ideais e proximidades influenciaram na criação e cooperação da Operação Condor (SOUZA, 2011).

Quadrat (2002) afirma que a School of the Americas Watch, localizada no Panamá, também foi responsável pelo fomento do anticomunismo na América Latina e tinha a missão de disseminar a doutrina americana para o combate ao comunismo. Quadrat ainda alega que

> Os laços criados a partir de meses de treinamentos, bem como a formação de um pensamento comum, podem ser apontados como um dos fatores principais para o estabelecimento de ações conjuntas entre os seus países, como a exemplo da Operação Condor (2002, p. 175).

Segundo Jorge da Silva (2014), a interpretação dada ao termo "militarismo" depende do contexto em que é empregado, podendo ser mascarado como nacionalismo, mecanismo de busca pela paz ou defesa da democracia. Silva ainda faz uma distinção entre os termos "militares" e "militarismo". As duas ideologias apresentam cinco características: o autoritarismo, o pessimismo em relação a natureza humana, o alarmismo, o nacionalismo e o conservadorismo político. O que difere os dois princípios é que no militarismo, as características apresentadas são mais exacerbadas.

Nas palavras de Jorge da Silva (2014, p. 357) "Era preciso ainda, na visão dos militares, conter o avanço do ideário comunista [...] a qual teve como epicentro a doutrina da segurança nacional, formulada na Escola Superior de Guerra".

Desta meneira, a DSN com papel de defesa hemisférica, no caso de uma hipotética ameaça externa proporcionada por um ataque da União Soviética, os Estados Unidos se responsabilizariam pela proteção do continente e os demais países latinos deveriam priorizar a segurança interna (SOUZA, 2011).

Conclui-se que essas ditaduras que tiveram como base a Doutrina de Segurança Nacional, apesar de suas especificidades, tinham um objetivo comum, que era o mesmo dos EUA: eliminar a subversão e avanço comunista no continente. Para garantir essa defesa, era preciso de um maior controle da sua população, ou seja, para conquistar a defesa hemisférica, era necessária uma defesa interna. A operação Condor, que será analisada de forma mais aprofundada no capítulo 4, é o exemplo mais concreto da defesa externa, já que foi um plano que reunia as ditaduras do Cone Sul para acabar com a ameaça.

3.3 DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO ÂMBITO INTERNO

Como fora ressaltado, além do caráter de defesa hemisférica, a DSN também apresenta um caráter de defesa no âmbito interno. Com os governos ditatoriais, afirma Padrós (2005) que a teoria DSN foi inserida nesses regimes com o intuito de mascarar, justificar e esconder a essência antidemocrática que estava sendo praticada pelo Estado.

Ou seja, no contexto em que se encontravam e como um dos objetivos principais era frear o suposto perigo comunista, que era visto tanto como uma ameaça ao continente, como uma ameaça a soberania de cada país, os governos

apresentavam métodos de defesa externa e interna. Contraditoriamente, para garantir a liberdade do hemisfério, muitos Estados sacrificaram a sua democracia, sendo assim, a DSN foi usada como justificativa para tal acontecimento. Percebe-se, que como os regimes eram anticomunistas, asseguravam, de certa forma, os interesses e poder norte-americanos.

De acordo com Aguilar (2011), nas questões relacionadas à defesa interna, os regimes militares dos países do Cone Sul incorporaram em suas legislações dispositivos legais que permitiam o uso das forças armadas na luta contra a subversão, com medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna contra ameaças que se manifestassem ou produzissem efeito dentro do Estado.

Logo, como todos os países estavam empenhados e focados na luta contra a ameaça comunista, os Estados pertencentes ao Cone Sul colocaram como uma das prioridades em suas agendas, o enfoque sobre a segurança nacional. Segundo Aguilar,

> No nível doméstico, a ameaça do movimento comunista internacional e da expansão da ideologia soviética, que patrocinava movimentos de esquerda, serviu de justificativa, por conta da doutrina de segurança nacional, para a implantação de regimes militares, apoiados pelos Estados Unidos [...]os militares no poder formaram, estruturaram, prepararam e empregaram as forças armadas para combater esses movimentos (2011, p.77).

Assim como os regimes ditatoriais, a DSN apresentava um caráter repressivo e autoritário. Aguilar (2011) afirma que a doutrina tinha o intuito de obstruir todas as formas de questionamento e crítica à ordem capitalista, destruindo qualquer grupo opositor. Ao priorizar a defesa interna, as forças armadas foram deslocadas da defesa externa para aumentar o controle interno, combatendo a subversão. Desta maneira, deve-se ter em mente que qualquer oposição que era feita ao sistema era entendido como uma ameaça a segurança do Estado e, consequentemente, do continente.

Com essa interpretação de quem não é amigo, é inimigo, como apontado por Barbian (2008) toda vez que o imperialismo americano fosse questionado, ou algum governo fosse desfavorável aos seus interesses, buscava-se legitimar a interferência norte-americana com argumento de defender o mundo livre.

Brito (2016) ressalta que, assim como os EUA, os regimes ditatoriais também se encontravam em uma luta travada contra o avanço do comunismo e, por isso, era necessário impedir ações dos subversivos que eram, neste contexto, considerados terroristas. Porém, para atingir esses objetivos, era preciso ter um maior controle sobre a população e a decisão encontrada para isso foram práticas de medidas repressivas e que desrespeitaram os direitos humanos.

Neste contexto de Guerra Fria e recorrentes golpes militares que vinham sendo implantados na América Latina, Olave (2015) afirma que na conjuntura da época a ameaça comunista deveria ser eliminada a qualquer custo, sendo necessário a utilização do poder da violência, que era vinculada ao Estado. Observa-se que, estas decisões de cunho autoritário estão diretamente ligados aos ideais da Doutrina de Segurança Nacional.

Carlotti (2014) expõe que nas ditaduras da América Latina, as instituições responsáveis pelo fomento da doutrina e suas ideias de segurança nacional foram as escolas militares, que ofereciam cursos e técnicas sobre segurança e combate a subversão.

Tal viés doutrinário, que foi estimulado pelas escolas militares, somado ao conceito de inimigo interno e defesa do continente, eram pressupostos suficientes para internalizar a Doutrina de Segurança Nacional. No âmbito político, Mendes (2013) afirma que a intenção dessas instituições era fazer com que as forças militares nacionais enfrentassem seus conflitos através do ponto de vista norte-americano.

Isso resultou em governos autoritários que desrespeitavam os direitos humanos ao censurar, perseguir e torturar a sua população por conta de ideais diferentes. Logo, como foi reafirmado por Padrós (2005), as ditaduras que tinham como base estrutural a DSN, são identificadas por serem ditaduras de segurança nacional. Sobre o fato, Mendes afirma que

> A função das escolas militares seria a de difundir uma perspectiva sobre o mundo político, na qual caberia às Forças Armadas uma função de proeminência no mundo político, dada a sua subordinação instrumental aos interesses da burguesia (2013, p. 18).

Ao que diz Padrós (2005), os conceitos básicos da DSN foram disseminados através de inúmeros mecanismos de transimissão, como: doutrinação militar, proporcionada pelas escolas militares, acordos na área do ensino, bens de consumo e da indústria cultural. Os ideais foram pregados tanto de forma autoritária, através, por exemplo, da Escola Superior de Guerra (ESG), quanto de forma mais sutil, no que diz respeito a questões culturais.

Ainda de acordo com o autor, essa política tinha o objetivo de acabar com as organizações revolucionárias, que eram consideradas subversivas; aprofundar a associação com os EUA, o que acarretaria em certa dependência; e impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade, que seria assegurada de forma autoritária e brutal. Padrós ainda afirma que,

> a “internacionalização” das forças de segurança latino-americanas foi um dos objetivos regionais prioritários dos EUA pois, além de obter influência através da formação prática e do fornecimento de armamento, permitiu-lhe penetrar no sistema de segurança local, mediante relações privilegiadas com oficiais que ocupassem cargos estratégicos, inclusive inserindo quadros da CIA ou do FBI (2007, p. 23),.

Sendo assim, as ditaduras implementadas no Cone Sul ficaram conhecidas pela política de Terror de Estado (TDE), já que o próprio governo utilizava de medidas repressivas contra a própria população. De acordo com Padrós (2005), esta política foi a medida utilizada para aplicar as premissas da DSN, com intuito de defender os interesses dos setores dominantes e do capital estrangeiro, destruindo a oposição, com a prática de medidas que ferem os direitos humanos, como, por exemplo: sequestros, detenção ilegal, tortura e desaparecimento.

Padrós conclui seu pensamento ao afirmar que a DSN legitimou o uso do Terror de Estado, com a justificativa da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da ameaça pelo comunismo, da liberdade e da civilização ocidental. Percebe-se assim, uma grande contradição, já que para defender um “mundo livre”, foram implementadas ditaduras e para garantir a paz, foram usados métodos de repressão de forma ilimitada. Neste contexto, de acordo com Mendes (2013, p. 22) “O terror tornava-se o principal instrumento de obtenção dos objetivos políticos”.

Todos esses métodos visavam garantir os interesses norte-americanos. Sobre essa questão, Aguilar (2011, p. 71) afirma que “Os EUA forneceram bolsas de

estudos, financiaram projetos na área acadêmica, criaram políticas de auxílio às forças armadas e de intercâmbio para militares".

Essa doutrinação dos militares feita pelos Estados Unidos é chamada por Padrós (2007) de "pentagonização[8]", pois ela detinha uma relação de subordinação ao poder norte-americano. Essa relação compreendendia a troca de informações, fornecimento de equipamentos militares, treinamentos para fins de segurança interna, homogeneização doutrinária, padronização de treinamento militar e implementação de sistema de propaganda, tudo isso, alinhado às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Pode-se afirmar que era uma rede que vinculava funções de segurança e informação, e tinha objetivo de manutenção do status quo e proteção dos interesses estadunidenses.

Segundo Padrós, essa pentagonização tinha o intuito de frear o avanço do comunismo, mas, consequentemente, reafirmou o poderio militar-industrial dos Estados Unidos, além de aumentar a dependência das Forças Armadas latino-americanas ao exército estadunidense, por conta do fornecimento de armamento, peças de reposição e outros equipamentos. O autor ainda afirma que, conforme foram ocorrendo denúncias de tortura nas regiões, com referências ao treinamento proporcionado pelo Pentágono, o governo dos EUA responsabilizava os militares locais, porém há relatos de ex-oficiais confirmando que os métodos utilizados foram elaborados e ensinados pelos norte-americanos. Sobre o exposto,

> Tal postura foi denunciada, por exemplo, pelo ex-oficial do Serviço de Inteligência Naval do Uruguai, Victor Paulo Laborde, que confirmou que os métodos de tortura aplicados aos presos políticos eram elaborados nos EUA, onde eram formados especialistas em tortura. (PADRÓS, 2007, p. 27)

Ainda sobre esse aspecto, Mendes chega a conclusão de que

> As relações entre as Forças Armadas latino-americanas e o país (EUA) aprofundaram-se por sua iniciativa, com a intensificação dos programas de apoio militar e o aumento do número de oficiais latinoamericanos que eram convidados a realizar estágios em escolas ou centros de treinamento dos EUA (2013, p. 30).

Logo, chega-se a conclusão de que a Doutrina de Segurança Nacional foi ampliada para todo o continente americano com respaldo dos Estados Unidos, a sua implementação foi feita através da doutrinação em escolas militares. A DSN foi um

---

[8] Esse termo é utilizado como referência ao Pentágono, órgão responsável pela formação e estruturação da política militar dos Estados Unidos.

método de defesa interna, já que os países que adotaram essa ideologia utilizavam dessa estratégia para conter o inimigo interno. Mas também foi um método de defesa hemisférica, já que países que encontravam-se sob regimes ditatoriais formaram uma aliança responsável por utilizar ferramentas de espionagem e operações secretas encarregadas de perseguir, prender, sequestrar, interrogar e torturar os subversivos. Essa aliança ficou conhecida como Operação Condor.

4 OPERAÇÃO CONDOR: A MAXIMIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Operacão Condor é o exemplo mais notório da proporção que a Doutrina de Segurança Nacional pode tomar. Segundo Quadrat (2002), foi através da disseminação da ideologia de segurança nacional e a convicção na necessidade de combate ao comunismo na região da América Latina, que aproximou os militares do território devido a urgência da cooperação entre os países. Neste capítulo será tratado o que de fato foi a Condor, como se deu a sua formação, seus participantes e objetivos.

4.1 A ORIGEM DA OPERAÇÃO CONDOR

No Chile, Salvador Allende foi eleito presidênte no ano de 1970, apresentando propostas socialistas para o país, o que fez com que se tornasse uma ameaça para os Estados Unidos pelo fato de um presidente com tais ideais ter sido eleito de forma democrática. Nas palavras de Gariazzo,

> a vitória de Salvador Allende em 1970, preocupou os Estados Unidos devido aos fortes indícios de ligações de Allende com o Partido Comunista Chile durante sua vida política, assim Nixon expressou seu receio que o Chile se transformaria em “uma nova Cuba”. Desta forma, pressões contra o governo foram deliberadamente expressadas, causando um grande frenesi na elite da extrema direita chilena, devido às medidas e ideais de reforma agrária promovidas por Allende (2016, p. 34).

Durante a administração de Allende, como é apontado por Olave (2015), a oposição conservadora tentava criar uma política de enfrentamento ao governo, desde a sua posse. Segundo a direita, o governo de Allende era antagônico, eles não aceitavam que o presidente fora eleito democraticamente, já que acreditavam que um governo socialista só seria possível através de uma ditadura.

Dinges (2005) afirma que no mesmo ano em que Allende tomou posse do governo chileno, houve uma tentativa fracassada de golpe de Estado apoiada pelos Estados Unidos. A efetiva tomada de poder só se deu em 11 de setembro de 1973, sobre este fato Dinges afirma que

> O golpe de Estado de Pinochet não foi somente mais uma tomada de poder pelos militares [...]. Foi o início de uma guerra total justificada como 'guerra ao terrorismo', cujos alvos principais eram as forças políticas que, [...], estavam infectando seus países com o câncer estrangeiro da revolução comunista (p. 20, 2005).

Percebe-se, então, que a década de 1970 na América Latina foi marcada pela presença de militares no poder através de golpes de cunho autoritário. Os golpes no Brasil e no Chile não foram repentinos, foram planejados e apoiados pelos Estados Unidos, com o intuito de supostamente frear o avanço comunista e assegurar a sua soberania capitalista no continente Americano. Sobre o exposto

> Um memorando redigido por Kissinger em 9 de novembro de 1970 assinala as mudanças na política dos Estados Unidos para o Chile depois da eleição de Salvador Allende, como também para a América Latina. O documento orienta as agências dos Estados Unidos a adotarem uma postura hostil ao governo Allende, a fim de impedir a sua consolidação no poder e a execução de políticas contrárias aos Estados Unidos [...]. Além disso, as relações próximas deveriam ser estabelecidas e mantidas com os líderes militares em toda a América Latina para facilitar a coordenação da pressão e dos outros esforços da oposição (SOUZA, p. 167, 2011).

Diante deste cenário de regimes repressivos que nasce a Operação Condor, que teve o seu berço no Chile, já durante o governo de Pinochet. A aliança desses regimes militares presentes no Cone Sul facilitaram na cooperação para execuções relacionadas a Condor. Como ressaltado por Gariazzo (2016, p. 33) "os países que formavam o Cone Sul, fortaleceram suas fronteiras contra um inimigo comum, deixando de lado suas diferenças e interagindo na coerção contra os movimentos de esquerda que surgiam nesse período de Guerra Fria".

A Operação Condor foi oficialmente formalizada em 1975[9], no Chile e seu articulador foi o General Manuel Contreras[10], chefe da Direção Nacional de Informações (DINA). Como afirma Quadrat (2002), no ano de 1975 o governo do Chile convocou uma reunião com os representantes dos setores de inteligência dos Estados do Cone Sul para debater ideias de combate à subversão, esse encontro deu origem a Condor.

Esta aliança multilateral de cunho repressivo tinha como principal objetivo eliminar os políticos, colaboradores ou suspeitos de envolvimento em grupos

---

[9] Apesar de ser oficialmente formalizada em 1975, a Operação Condor teve ações realizadas desde 1973, tendo o seu fim em 1980 (DINGES, 2005).

[10] Contreras foi militar e professor de inteligência na Academia de Guerra. Foi chefe da polícia política chilena, a DINA (Direción de Inteligencia Nacional) durante o governo de Auguso Pinochet. Era um dos homens mais temidos durante os anos ditatoriais do Chile (STEINKE, 2004).

esquerdistas de quaisquer país membro da Operação Condor. Sendo assim, as fronteiras dos países pertencentes a Condor não seriam um obstáculo para conter a subversão. Sobre o exposto,

> Operações bem estruturadas, coordenadas com rigidez, burlaram Tratados e Acordos de asilo político, extradições, liberdades individuais e constitucionais. As ditaduras militares facilitaram para a derrubada de fronteiras físicas e políticas, invalidando Tratados de refugiados e desrespeitando Convenções de Direitos Humanos (GARIAZZO, 2016, p. 42).

Como apresentado por Steinke (2004), Contreras considerava a Condor como um acordo que constituia numa rede de colaboração entre os órgãos de informação e repressão dos seis países latinos pertencentes ao Cone Sul: Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina[11] e Bolívia. De forma mais geral, pode-se dizer que a Operação Condor proporcionou o intercâmbio das forças de repressão e dos considerados subversivos.

Pode-se chegar a conclusão de que essa cooperação multilateral e repressiva, que foi a Operação Condor, são os ideais apresentados pelos Estados Unidos através da Doutrina de Segurança Nacional postos em prática. Em outras palavras, a DSN é a teoria que levou a prática, que foi a Operação Condor.

4.2 FASES DA CONDOR

Para uma realização de uma coordenação mais efetiva dos seus objetivos de acabar com a subversão, a Operação Condor foi dividida em três fases, denominadas por Contreras de “coordenação efetiva”. Essas etapas são apresentadas por Dinges (2005), como:

a) Troca de informações;
b) Operações e ações na América Latina; e
c) Operações fora do território latino americano.

A primeira fase, como explica Quadrat (2002), foi responsável pela formação de um banco de dados para cadastro e troca de informação referente aos considerados subversivos, através da utilização de códigos que impediam a mensagem ser interceptada por algum estranho. Esse intercâmbio de informação

[11] Vale ressaltar que no período de criação da Condor, a Argentina ainda se encontrava em um regime democrático, na administração de María Estela Martínez de Perón (1974-1976). Os militares deram o golpe de Estado em março 1976.

era feito através de mecanismos de Inteligência dos países participantes da Operação.

Em outras palavras, este primeiro momento relacionado a primeira fase unificava os sistemas de Informação e serviços de segurança dos países pertencentes a Condor. Como afirma Souza (p. 164, 2011) “A informação se processava diretamente entre os organismos militares de segurança, deixando de lado os Ministérios das Relações Exteriores”.

É importante relembrar que essa troca de informações entre os países do Cone Sul sobre os opositores e subversivos já existia antes da criação do sistema da Condor. Entretanto, como é exposto por Gariazzo,

> foi apenas em 1975 que essas informações e dados foram fornecidas por uma base central de dados de inteligência, gerenciada pela DINA que, com o apoio tecnológico estadunidense, foi computadorizada e difundida por todos os membros da Operação Condor (2016, p. 44).

A segunda fase são as ações postas em prática, é relacionada a operações conjuntas dentro dos territórios de países membros. Esta fase é responsável pelo envio de agentes de investigação e troca de prisioneiros sem qualquer registro sobre a entrada ou saída do país. Nesta fase os considerados inimigos eram capturados, uns eram assassinados ou dados como desaparecidos. Os Serviços de Inteligência tinham papel importante nessa parte da operação, pois possibilitariam as trocas de informação. Nas palavras de Steinke (2004) “O termo ‘operações’ [...] significava sequestros, torturas e desaparecimentos”.

Além desses procedimentos violentos, a fase dois da Condor também contava com os mecanismos de propaganda e disseminação de notícias falsas para enfraquecer a oposição, tornando a operação mais fácil. “Esta fase foi caracterizada pela perseguição a alvos dentro dos limites do Cone Sul, ignorando fronteiras nacionais e partindo do princípio que havia um inimigo comum” (GARIAZZO, 2016, p. 45).

Como exemplo da segunda fase, é apresentado por Dinges (2005) o caso do assassinato do General Carlos Prats Gonzalez e sua esposa Sofia Cuthbert, em 1974. O casal encontrava-se em exílio político na Argentina desde o golpe de Estado de Pinochet, no Chile. Explosivos foram implantados no carro do casal, os responsáveis só foram descobertos em 1995: o chileno Enrique Arancibia Clavel e Michael Townley (informante da CIA), ambos estavam a serviço da DINA.

Percebe-se que diante desta cooperação multilateral repressiva, não havia região segura dentro das fronteiras do Cone Sul, espiões estavam espalhados em todos os lugares, os considerados subversivos eram vigiados, quaisquer atitudes suspeitas e consideradas ameaça à ordem estabelecida, os serviços de inteligência eram acionados (GARIAZZO, 2016).

A terceira fase tinha a finalidade de formar equipes capazes de atuar em qualquer parte do mundo. Como exposto por Dinges (2005, p. 37) “as operações da fase três incluiriam controle dos movimentos dos inimigos e assassinato fora da América Latina”.

A Condor é apresentada por Gariazzo (2016) como uma operação de caráter repressivo hemisférico com uma rede de informação avançada entre os países do Cone Sul, primeiramente com o intuito de monitorar os opositores ao governo imposto que estivessem em países estrangeiros latino-americanos. Na sua segunda fase, a operação era responsável por executar prisões, sequestros, torturas e assassinatos dos considerados subversivos, através de uma cooperação entre os países envolvidos. Em sua última e terceira fase, a estratégia era aumentar a sua atuação para além da América Latina, para fora do continente americano, evitando a ideologia comunista em qualquer lugar do mundo. É válido ressaltar que todas essas ações realizadas pela Operação Condor encontravam respaldo na Segurança Nacional.

Souza (2011) relata que o Brasil não fez parte de operações executadas fora do Cone Sul referente a fase três, sendo o Chile o centro das operações. O autor ainda faz uma síntese sobre as fases da Operação Condor, segundo ele,

> O campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo-se facilidades para a ação de agentes destes países e a execução de operações repressivas conjuntas. Também foi aprovada a formação de equipes especiais para viajar a qualquer parte do mundo, com o objetivo de eliminar políticos opositores ou colaboradores dos grupos esquerdistas de qualquer dos países da operação (SOUZA, p. 163, 2011).

Percebe-se que a Operação Condor foi uma conexão repressiva entre os governos militares do Cone Sul, com o objetivo máximo de acabar com o comunismo além das fronteiras continentais (propósito estabelecido pela terceira fase), através da troca de dados dos considerados subversivos (definidos na primeira fase), e cooperação entre os militares e agências de informação para uma ação mais efetiva (proposto pela segunda fase).

4.2.1 O PAPEL DO BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR

É importante ter em mente que no período de criação da Condor, Ernesto Geisel (1974-1979) estava na presidência do Brasil e o seu governo foi marcado pelo início da redemocratização, o qual, segundo o presidente seria “lenta, gradual e segura”. Sendo assim, o auge da repressão já havia passado e diante de tal flexibilização, Souza (2011) afirma que o Brasil se tornou destino de diversos refugiados, mas através da Operação Condor, o país colaborou para diversas prisões em solo nacional.

Porém, como afirma Quadrat (2002), Geisel tinha o controle sobre os órgãos de informação, mantendo o aparato repressivo para conter a oposição. Ou seja, a administração dos mecanismos de informação e atividades repressivas permitiram a entrada do Brasil na Operação Condor, ajudando os seus vizinhos a conter a oposição.

De acordo com documentos desclassificados da CIA (serviço de inteligência norte-americano) que vieram a tona no primeiro semestre de 2018 através do pesquisador Matias Spektor, Colby relatou que o presidente Geisel pretendia continuar com a política de Médici em relação aos subversivos, mas seria limitado aos mais perigosos.

Este memorando, datado em 11 de abril de 1974, foi elaborado pelo então diretor da CIA, William Colby e descreve uma reunião ocorrida entre o presidente Geisel; Figueiredo, que no período era chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI); e membros do Centro de Inteligência do Exército (CIE).

O serviço de inteligência norte-americano comprova que o presidente Geisel sabia e autorizava execuções dos considerados subversivos. Esse documento também prova o conhecimento da CIA sobre as operações ocorridas, além de demonstrar a negligência do órgão sobre essas atividades repressivas.

Como apresentado por Dinges (2005), o Brasil teve participação nas duas primeiras fases da Condor: o intercâmbio de informações e Operações dentro do Cone Sul. Sua atuação se deu por meio do fornecimento de cursos de serviço de informação, no qual era visto como líder.

De certa maneira, o Brasil cooperou com os regimes militares dos seus vizinhos latino americanos, e como membro da Condor, usufruiu e contribuiu para os

serviços proporcionados pela Operação, como o intercâmbio de informações e de presos políticos. Sobre esse aspecto,

> o Brasil também caçou militantes políticos fora de suas fronteiras, já que opositores foram mortos na Argentina e no Chile. Assim, [...], a atuação brasileira também foi efetiva na colaboração com regimes ditatoriais de outros países e suas práticas. Se não atingiram a amplitude das ações dos demais países, assemelhavam-se no que diz respeito à minuciosa investigação realizada dentro e fora do país e a metodologia empregada no tratamento dos prisioneiros políticos (SOUZA, p. 171, 2011).

O evento que melhor exemplifica a ação do Brasil na Operação Condor é apresentado por Silva (2014). Universindo Rodríguez Díaz era uruguaio e militava pelo socialismo e liberdade, com o golpe de Estado estabelecido no Uruguai em 1973 e o aumento da repressão, Universindo foi para a Argentina e ficou lá até 1976, quando os militares tomaram o poder da presidência. Díaz conseguiu ir para Suécia mas em 1978 teve o Brasil como seu destino. Através dos serviços de informação, Díaz foi encontrado mediante uma operação binacional envolvendo o Brasil e Uruguai, Díaz foi capturado e preso junto com um grupo de uruguaios, o grupo foi torturado e os integrantes ficaram presos até 1983. Ao ser solto, Díaz foi processado por entrar com documentos falsos no país, sendo esse o motivo alegado pelas autoridades.

Sendo assim, é essencial perceber que o Brasil participou de operações concluídas dentro das fronteiras do Cone Sul, relativas as duas primeiras fases, contribuindo na troca de informação dos opositores do governo, através de operações conjuntas entre os países.

4.3 O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS E A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA OPERAÇÃO CONDOR

No ano de 1992 foi descoberto, no Paraguai, o chamado "*Archivo del Horror*"[12]*.* De acordo com Souza (2011), tais documentos confirmavam a repressão ocorrida no contexto da Operação Condor, foram esses documentos que reconheceram a existência dessa aliança repressiva. Esses arquivos comprovaram o intercâmbio de informações sobre os prisioneiros pois continham relatórios e cartas

---

[12] Segundo as palavras de Souza (2011, p.160), o Archivo del Horror foi "o arquivo secreto da inteligência repressiva paraguaia".

das agências de segurança dos participantes da Condor. Além disso, esse registro testemunha o envolvimento dos Estados Unidos, com a sua cooperação nos golpes de Estado e auxílio para a manutenção dos mesmos.

> Fichas pertencentes ao “Archivo del Horror” continham detalhes do destino de milhares de pessoas sequestradas, torturadas ou assassinadas pelas ditaduras militares, confirmando a existência de uma conspiração entre os serviços de inteligência dos países do Cone Sul (SOUZA, p. 160, 2011).

A comprovação da existência da Operação Condor deixou clara a existência de uma campanha de terror por parte dos países que integram o Cone Sul, auxiliado pelo governo norteamericano. Os ideais estabelecidos pela DSN fomentaram a perseguição de opositores políticos fora das fronteiras de seus respectivos países e as atrocidades cometidas em nome da segurança interna (SOUZA, 2011).

Desta maneira, é possível perceber que a Operação Condor foi a exacerbação da Doutrina de Segurança Nacional, já que se tornou em uma operação regional, envolvendo as ditaduras estabelecidas no Cone Sul, que tinham enraizado nos seus ideais a assimilação da política de segurança nacional proporcionada pelos Estados Unidos. Neste sentido, segundo as palavras de Gariazzo,

> A Operação Condor, possuía o apoio do serviço da inteligência norte-americano, através da supervisão da Central Intelligence Agency (CIA), que além de fornecer informações sobre contatos, auxiliava na conexão entre os exércitos, assim como capacitação técnica, militar e ideológica (2016, p. 42).

Os EUA tinham total conhecimento da Condor e de suas operações, podem não ter influenciado diretamente mas tinham completa consciência de que sua política de segurança nacional, representada pela Doutrina de Segurança Nacional, induziu os governos militares latinos a práticas repressivas contra os direitos humanos e a uma multilateralização e coordenação dessas ações para impedir o avanço comunista, coordenada pela Operação Condor. Percebe-se que,

> Os documentos desclassificados nos Estados Unidos evidenciaram que a CIA e outros serviços de inteligência encorajaram e apoiaram a integração das forças de segurança do Cone Sul, iniciativa percebida como necessária para contrapor-se ao movimento comunista, então representados pelas organizações políticas de esquerda (SOUZA, 2011, p. 167).

No que diz respeito a responsabilidade das operações realizadas por essa multilateralização de métodos repressivos que foi a Operação Condor, Dinges (2005) afirma que o Chile foi o principal responsável pelas ações da Condor, já que foi quem teve a iniciativa para criar a operação.

Nesse sentido a CIA teve participação apenas no fornecimento de sistemas comunicacionais, aparato técnico e integração dos grupos de inteligência. Além da agência de informação dos EUA, de acordo com Souza (2011) o departamento de Defesa dos Estados Unidos também contribuiu na elaboração de operações, através de auxílio de suas agências militares e de agentes que se encontravam em diversos países latinos. Sobre essa assistência norte americana aos países do Cone Sul,

> Com a ajuda dos EUA, os exércitos latino-americanos tiveram um aprimoramento e um upgrade no comportamento de atuação e modo de identificação de indivíduos que poderiam ter ligações com movimentos de esquerda ou que seriam opostos ao sistema proposto pelos regimes, auxiliando assim as Forças Armadas a combaterem a expansão comunista dentro do continente (GARIAZZO, 2016, p. 12).

Sendo assim, o governo americano tinha conhecimento da repressão e violação aos direitos humanos que estava acontecendo na América Latina, porém se mantinha neutro pois essas operações clandestinas feitas pela Condor asseguravam, de certa forma, a ordem capitalista no continente, e garantia a soberania dos Estados Unidos diante do contexto de Guerra Fria. Sobre esse aspecto,

> Na conjuntura de Guerra Fria, os Estados Unidos promoveram várias operações de cunho clandestino e a Operação Condor representou uma dessas ações, envolvendo as ditaduras militares da América do Sul, com a conivência da CIA, do FBI e do Departamento de Estado. Assim, diretamente, não se pode comprovar a coordenação dos Estados Unidos, mas é inegável que as agências norte-americanas possuíam ciência sobre os atos extremos de tortura e assassinatos em massa praticados pelas ditaduras aliadas da América Latina (SOUZA, 2011, p. 168).

Em outras palavras, os EUA não participaram diretamente das ações da Condor porém a sua política de segurança nacional, que foi assimilada pelos países latinos pela DSN através de escolas militares, serviu de respaldo e incentivou as operações autoritárias e repressivas aplicadas pela Condor. É importante relembrar que a Doutrina de Segurança Nacional caracteriza como inimigo todos os que não concordam com o regime imposto (COMBLIN, 1978). Sendo assim, chega-se a

conclusão de que a Operação Condor é a materialização e a expansão da Doutrina de Segurança Nacional ao seu nível máximo.

Sobre os governos militares, Gariazzo (2016) aponta que em nível hemisférico, os regimes militares tinham como objetivo principal frear toda e qualquer forma de questionamento, enfrentamento ou oposição ao regime capitalista estabelecido. Qualquer atitude contrária ao governo vigente era uma ameaça a soberania, esse discurso era justificativa suficiente para ações repressivas contra a sociedade civil.

Ainda, o fornecimento de cursos de aperfeiçoamento militar em conjunto, envolvendo os países pertencentes ao Cone Sul, oferecidos pelos Estados Unidos, auxiliou na troca de informações e experiência entre os oficiais americanos, elevando o nível de medidas contra a intervenção soviética (GARIAZZO, 2016). Esse serviço proposto pelos Estados Unidos estreitou os laços dos militares latinos, o que foi de suma importância para a coordenação da Operação Condor.

Com todas essas informações apresentadas, chega-se a conclusão de que a Doutrina de Segurança Nacional serviu como base para os golpes militares instituídos na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, e a elaboração da Operação Condor. Essa que foi uma cooperação multilateral e repressiva das ditaduras do Cone Sul.

5 CONCLUSÃO

A ampliação da repressão hemisférica causada pela cooperação entre as ditaduras do Cone Sul se deu através da expansão da Doutrina de Segurança Nacional, que ocorreu diante do contexto da Guerra Fria, momento histórico que ficou marcado por dividir o mundo em duas vertentes: o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos e o comunismo, liderado pela União Soviética.

Através de uma análise baseada na teoria Realista, é notório que neste cenário bipolar, cada potência visava aumentar o número de suas zonas de influência, para reafirmar o seu poder e a sua soberania. Sendo assim, foram planejadas pelos EUA diversas estratégias para aproximar a potência com o resto continente, como por exemplo: a Aliança Para o Progresso e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Além de estreitar os laços com o resto continente, a promoção desses programas facilitou a implementação da DSN nos países considerados de Terceiro Mundo, e consequentemente aumentou a interdependência desses Estados com a potência norte-americana.

A partir do que foi desenvolvido por esse trabalho, pode-se concluir que a internacionalização da Doutrina de Segurança Nacional para os países latino-americanos foi uma estratégia desenvolvida pelo governo dos Estados Unidos para estreitar os seus laços com o subcontinente, aumentando a sua influência. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por ditaduras militares, as quais tinham os ideais propostos pela DSN.

A Doutrina de Segurança Nacional tinha como principal objetivo assegurar a soberania dos EUA no continente americano. Seus ideais foram exportados para os países latinos através das escolas militares, com cursos proporcionados e coordenados por estadunidenses. Tendo em vista estes aspectos, é notório que a DSN teve um papel influenciador nos governos militares presentes no Cone Sul.

Percebe-se que diante deste cenário, era constante o discurso de que o perigo comunista se encontrava tanto no contexto internacional quanto no interno. Desta maneira, a DSN possuiu duas vertentes de defesa: no âmbito hemisférico e no âmbito interno. O aspecto interno e externo se complementam, já que para impedir o avanço comunista, era preciso que cada Estado, internamente, contivesse os subversivos, considerados inimigos internos.

Esta ideologia possuía quatro características cruciais e que estão intimamente interligadas: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. No contexto apresentado, os objetivos eram relacionados a conter o avanço do comunismo, a garantia desses objetivos estavam associados a segurança, desta maneira, os Estados deveriam usar o seu poder nacional para impor a sua vontade de acordo com a estratégia estabelecida, que neste cenário, foram ocasioandas pelos regimes ditatoriais.

Para além desses objetivos, a DSN também possui três princípios básicos: geopolítica, bipolaridade e Guerra Total. A geopolítica no âmbito da Doutrina vai além da relação geográfica dos Estados, está ligada a vontade da nação, que será responsável por impor os seus projetos. A bipolaridade está relacionada a divisão do cenário em dois blocos: o capitalismo e o comunismo. Guerra Total defende a ideia de que o mundo se encontra num plano de guerra permanente, a guerra contra o comunismo.

Sendo assim, a Doutrina de Segurança Nacional, junto com a suas características e princípios, serviu como incentivo e justificativa para os Estados Unidos aceitarem regimes militares no Cone Sul, pois esses governos, apesar de ferirem os direitos humanos e serem repressivos, garantiam um objetivo maior: a preservação da soberania norte-americana e seu sistema capitalista sobre todo o continente americano.

Na década de 1970, a Doutrina de Segurança Nacional foi base para criação da Operação Condor, que foi um plano multilateral entre as ditaduras do Cone Sul. Essa multilateralização repressiva possuía três fases: a troca de informações, as operações na América Latina e as operações fora do território latino americano.

Através da coordenação e cooperação dos regimes militares, eram feitas trocas de informações através dos mecanismos de inteligência dos Estados membros, também ocorream intercâmbio dos prisioneiros. A segunda fase era relacionada a operações violentas, como sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes desses considerados subversivos.

Pode-se concluir, através dos documentos desclassificados da CIA, que comprovam o conhecimento dos Estados Unidos sobre a Operação Condor, que a potência norte-americana não pode ser responsável diretamente sobre as ações feitas em nome da Condor, porém os seus ideais propostos pela Doutrina de

Segurança Nacional, que foram implantados nos regimes militares, foram essenciais para o fomento da repressão e criação de operações clandestinas realizadas pela Operação Condor.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio. Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul. **Militares na Política**. São Paulo. Nº 9, p. 64-82, julho – dezembro, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina:** a construção da hegemonia. São Paulo : Editora UNESP, 2002. 299 p.

BARBIAN, Luciano. **A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano.** Rio grande do Sul. 2008.

BRAGA, Leonardo M. Operação Condor: A Internacionalização do Terror. **Estudios Avanzados,** Santiago, Chile, n. 21, p. 111-136, jun. 2014.

BRITO, Ana Paula. **A RECUPERAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA NO CONE SUL:** Um Estudo de Caso. 14 f. Artigo (Doutoranda em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

CARLOTTI, Danilo. “SEGURANÇA”, “GUERRA” E CODIFICAÇÃO NA DITADURA MILITAR. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro. Vol. L, nº 3, p. 535-548, setembro - dezembro, 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CERVEIRA, Neusah. Rumo à Operação Condor: Ditadura, Tortura e Outros Crimes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,** São Paulo, n. 38, p. 97-118, jun. 2009.

Central Intelligence Agency. **Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger**. 1974. Disponível em:

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>. Acesso em: 13 maio. 2018.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: O Poder Militar Na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 251 p.

DALLARI, Dalmo. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 304 p.

DINGES, John. **Os Anos do Condor:** Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 445 p.

G1. **Em Memorando Diretor da CIA Diz Que Geisel Autorizou Execução de Opositores Durante Ditadura. 2018**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>. Acesso em: 13 maio. 2018.

FERNANDES, Ananda. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: A Geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses,** Londrina/PR, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul.- dez. 2009.

FERREIRA, Moisés. **A implantação da D.S.N -** Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina. 10 f. Artigo. (Doutorando em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; Ferreira, Jorge. Jango e o Golpe de 1964. In: **Jango: As Múltiplas Faces.** Rio de Janeiro: FGV, 2007. Cap. VI, p. 191 – 228. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Jango.html?id=VLpF2CCVlU4C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 31 maio 2018.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 291 p.

FICO, Carlos: **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FÓRUM. **Morre o Ativista Uruguaio Universindo Díaz**. 2012. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/morre-o-ativista-uruguaio-universindo-diaz/>. Acesso em: 30 out. 2018.

FRAGA, Gerson W; MAHLKE, Helisane. A OPERAÇÃO CONDOR E OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA**. Diálogo**. Canoas. N. 16. P. 89 – 105. Jan-jun 2010**.**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **OPERAÇÃO PAN-AMERICANA (OPA).** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA (TIAR).** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GARIAZZO, Natallia. **Operação Condor:** Coordenação e Cooperação no Cone Sul. 2016. Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2016.

MENDES, Ricardo. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10. P- 06 – 38. 2013.

MILANI, Carlos R. A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Rio de Janeiro. N. 6. P. – 70 – 85. Abr-jun 2011.

OLAVE, Jorge. **A DITADURA MILITAR NO BRASIL E NO CHILE**: UM ESTUDO COMPARATIVO DA PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES E CIVIS NA TRAMA GOLPISTA, 2015..

PADRÓS, Henrique. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Luta de Classes,** Porto Alegre, p. 43-49, 2005.

PADRÓS, Henrique. As Escolas Militares Dos Estados Unidos e a Pentagonização Das Forças Armads Da América Latina. **Outros Tempos**. Rio Grande do Sul. Vol. 1. P. – 13 – 31. 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 167-182, junho 2002.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança Para o Progresso e as Relações Brasil – Estados Unidos.** 2006. 375 f. Tese de Doutorado (Doutor em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão** uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

SILVA, Jorge da. Militarismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador/BA: EDUFBA, 2014. p. 349-362.

SILVA, Mariana Cristina. **Representações e Exposições do Vivido:** A Trajetória da Uruguaia Lílian Celiberti na Ditadura. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://tede.udesc.br/bitstream/tede/2573/1/120750.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUZA, Fabiano. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista do corpo discente do PPG** – História da UFRGS. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

STEINKE, Sabrina. **Plano Condor, Terrorismo de Estado e Doutrina de Segurança Nacional:** Perspectivas historiográficas. 2004.

VIZENTINI, Paulo G. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 5-17, 1997.